

Entrelaçamento entre ficção e História

Laura do Carmo¹

CALABRE, Lia. **O rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940-1946)**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006.

Entre 1940 e 1946, a Rádio Nacional esteve sob a administração de Gilberto de Andrade. Em 1940 a legislação e as discussões sobre o papel do rádio já estavam mais amadurecidas, e a Rádio Nacional, ao ser incorporada pelo Estado, juntamente com outros bens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, já era uma grande emissora, referência em radiofonia e campeã de audiência. A incorporação da rádio pelo Estado é assunto polêmico. Apesar de classificado por alguns autores como golpe de Estado, teria sido coincidência o fato de a emissora estar entre os bens da Companhia, que era devedora do Erário e que concentrava sua atuação na área do transporte ferroviário.

Esta polêmica torna o estudo da produção ficcional da rádio ainda mais interessante. Se representante do Estado, a emissora deveria ser porta-voz da sua política. E qual seria a política do Estado para o meio radiofônico? Entre as décadas de 1920 e 1930, construiu-se o suporte legal para o funcionamento do rádio nas duas décadas seguintes. Especialmente nos anos 1930, criaram-se leis e decretos que tentavam permitir ao Estado o controle sobre os meios de comunicação. Se o discurso oficial for tomado como retrato do que aconteceu à época, como acontece na maioria dos estudos sobre o período Vargas, tem-se a idéia de que as questões culturais estavam sob total controle do Estado, o que é desmontado quando se observa a aplicação dessas leis: muitas não eram cumpridas na íntegra e outras não faziam surtir nenhum efeito. A princípio, pretendia-se um rádio educativo, mas o lema vencedor acaba sendo "divertir e agradar o maior número possível de ouvintes". Enquanto os ministérios disputavam o controle sobre o sistema de radiodifusão, encaminhando o rádio para o caminho correto, que seria a educação e a elevação dos espíritos, o rádio percorre trajetória própria: "cada emissora buscará a melhor forma de atrair audiência, organizando programações as mais populares possíveis e atraindo, também, novos patrocinadores".

¹ Pesquisadora/mestre da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: laura.carmo@rb.gov.br.

À medida que o rádio se tornava um veículo popular, a força da opinião pública sobre a programação ia se intensificando. Em contrapartida, o rádio também passa a influenciar a vida das pessoas – as casas são invadidas pelos produtos; as músicas tocadas no rádio substituem os seus cantos tradicionais e de trabalho; os personagens das radiodramatizações passam a fazer parte do cotidiano das famílias; a linguagem do rádio influencia a linguagem dos ouvintes; acentua-se a curiosidade e o fascínio com relação aos hábitos da cidade. O maior ou menor índice de aceitação de um programa vai gerar maior ou menor interesse do patrocinador. Lia Calabre nos conta o famoso acontecido para se testar a transmissão de uma radionovela às 10h30, horário original para este tipo de programação: os patrocinadores prometeram fotografias dos artistas e álbum com resumo da novela a quem enviasse rótulo de Colgate. Chegaram quase 50 mil cartas só no primeiro mês. A aceitação, da programação e do horário, foi comprovada, e a promoção foi suspensa, pois não havia fotografias e rótulos para todos. Vai se fortalecendo, então, a cultura de mercado. Como as consumidoras-padrão das radionovelas eram mulheres, donas de casa, os patrocinadores eram produtos de higiene, remédios, utilidades para o lar, etc.

O universo ficcional radiofônico é um lugar privilegiado para a busca de indícios da aceitação e incorporação, pela sociedade, de novas significações e práticas culturais, implementadas ou não pelo Estado. O texto radiofônico é de consumo imediato, sem pretensões de significação universal, e afinado com o seu próprio tempo. Mesmo as radionovelas de época eram uma expressão do tempo em que eram produzidas. Tais peculiaridades permitem, então, a reconstituição do passado a partir do cotidiano: o texto ficcional é fonte e objeto de pesquisa histórica, fonte que reflete as práticas culturais, implementadas ou não pelo Estado, que traduz o que a sociedade vivia ou aspirava viver, do que ela aceitava ou rejeitava. Às vezes aceitava porque era o que não tinha, e rejeitava porque era muito perto de sua realidade, que nem sempre correspondia às suas aspirações.

O grau de identificação entre o ouvinte e a novela pode ser mensurado pelo seu consumo. As relações amorosas eram a tônica predominante nas novelas, em situações baseadas no cotidiano. Só que, no cotidiano, nem sempre os problemas são resolvidos ou dissolvidos, e no universo ficcional, sim. O que Lia nos mostra são as abordagens

de determinadas questões: o papel da mulher como dona de casa ou profissional, as profissões que ela passa a desempenhar no mercado, a razão pela qual ela assume postos que não lhe são comuns; a relação empregado/empregador; a tradição x modernidade; as relações amorosas interclasses; o trabalho fabril; a visão da Segunda Grande Guerra; o protótipo da juventude. Excluem-se, no entanto, questões de aspecto político. Se há um ou outro texto que questione as injustiças sociais e proponha uma nova ordem (como a que sugere o trabalho e o lucro coletivos), a realidade projetada neles está desconectada do resto do mundo. A preocupação com a moral vigente na época era visível. Se a mulher deixava seus afazeres domésticos para trabalhar fora, por exemplo, havia uma justificativa. O que, segundo Lia, mesmo assim era questionado por algumas categorias de classe.

Entender o papel do rádio dos anos 1930 a 1960 é importante para entender a sociedade em que está inserido. Um rádio que pretendia divertir, formar moralmente, incentivar o respeito à ordem estabelecida e o cuidado com a saúde, sem discutir política, é um rádio inserido em uma sociedade (de ouvintes-padrão) que não pretendia alterar o que lhe era oferecido. E mais, essa oferta não se dava por imposição da política do Estado, pois, como se depreende da leitura do livro, o discurso do Estado e a prática das emissoras estavam bastante distanciados. As intervenções da censura eram mais com relação a aspectos morais da programação do que com relação a aspectos políticos.

Os elementos de que Lia se utiliza para escrever a história destas histórias ficcionais são os mais variados: mapas de audiência do Ibope, cartas de ouvintes (para o rádio e para os jornais), crônicas em colunas de periódicos especializados em rádio, listas de radionovelas produzidas pela emissora (montada a partir da programação publicada em jornais e revistas), depoimentos de profissionais do rádio, decretos, textos das radionovelas etc. As fontes textuais (cartas, depoimentos, crônicas) revelam bem o ambiente do rádio, o envolvimento dos profissionais, o comentário dos meios de comunicação.

O livro de Lia Calabre é um dos primeiros a se debruçar sobre o universo do rádio no Brasil. Resultado da pesquisa para o mestrado, concluído em 1996, já era referência antes da edição trazida a público pelas Edições Casa de Rui Barbosa. Em sua

conclusão, ela diz que "longe de ser um ponto de chegada", seu trabalho é "um ponto de partida". Na verdade, seu livro é um ponto de chegada e de partida, que constrói uma base sobre a qual outros pesquisadores poderão se guiar. É um livro que reconta a História e que conta histórias, que aguça a curiosidade com relação aos textos sobre os quais se debruça, sobre o rádio no Brasil e sobre a esse período da nossa história.